

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FC2F-44D9-ED77-1A5E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FC2F-44D9-ED77-1A5E



Hash do Documento

CA2DB7C97C6D14C0152C3178295106B7B8E3EF64F48D1C93356B184770F9C25A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



← continuação		
MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 30.486.131/0001-91		
<p>Aos Administradores e Acionistas Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta</p>	<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles</p>	<p>internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 27 de março de 2024</p> <p>PricewaterhouseCoopers Audidores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p>José Vital Pessoa Monteiro Filho Contador CRC 1PE016700/O-0</p>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5450-27DA-9075-3DFC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5450-27DA-9075-3DFC



Hash do Documento

1367CCC6C1E16033F4B5A452A8D293F74BAA8EB97D284994671A7D069118521C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





Relatório de Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da ACEF S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns for Balanços patrimoniais (Controladora and Consolidado), Demonstrações dos fluxos de caixa (Operacionais, Investimento, Financiamento) and Demonstrações dos resultados abrangentes. Rows include Circulante, Não circulante, Total do ativo, Receita líquida, etc.

Table showing Reservas de lucros and Lucros acumulados. Columns include Notas, Capital social, Retenção de lucros, Reserva legal, Total das reservas de lucros, Lucros acumulados, and Total.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A ACEF S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados on-line.

2.1. Base de consolidação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:
Razão social: 31/12/2023, 31/12/2022
Participação direta: Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"), Veritas Educacional A Participações, S.A. ("Veritas"), Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")
Participação indireta: Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca"), Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento"), Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita"), Sociedade Educacional Santa Teresinha Ltda. ("Santa Teresinha")

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código ED95-B40F-AA97-FF22.

*continuação

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Contraprestação paga, Apropriação de encargos financeiros, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Circulante, Não circulante.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i), Contraprestação paga, Apropriação de encargos financeiros, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Circulante, Não circulante.

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i), Contraprestação paga, Apropriação de encargos financeiros, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Circulante, Não circulante.

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período. As parcelas fixas dos contratos de aluguel, com o apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Table with 3 columns: Descrição, Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2023, Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e Consolidadas da ACEF S.A.

Nota 12.3. Composição: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de parcelamentos são representados por: PROIES (i), REFIIS (ii), PPD ISS (iii), Simplificado RFB (iv).

Nota 12.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício: A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais impactos alcançam os valores de R\$23.189 (R\$22.988 em 31 de dezembro de 2022) e R\$28.954 (R\$27.316 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

Nota 12.5. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.6. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

Nota 12.7. Movimentação: Composição, Encargos financeiros, Não circulante.

Nota 12.8. Composição: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de parcelamentos são representados por: PROIES (i), REFIIS (ii), PPD ISS (iii), Simplificado RFB (iv).

Nota 12.9. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.10. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

Nota 12.11. Movimentação: Composição, Encargos financeiros, Não circulante.

Nota 12.12. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.13. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

Nota 12.14. Movimentação: Composição, Encargos financeiros, Não circulante.

Nota 12.15. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.16. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

Nota 12.17. Movimentação: Composição, Encargos financeiros, Não circulante.

Nota 12.18. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.19. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

Nota 12.20. Movimentação: Composição, Encargos financeiros, Não circulante.

Nota 12.21. Obrigações trabalhistas: Salários a pagar, Provisão para férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

Nota 12.22. Obrigações tributárias: IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL, Parcelamentos.

As previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, os principais passivos financeiros da Companhia e suas obrigações, referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Table with 5 columns: Descrição, Controladora, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos. Rows include Passivos financeiros, Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

continua



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/03/2024. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso mais rápido pelo link: https://www.jornalodiasp.com.br/leigos-publicidade-legal

*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A.

24. Custos e despesas por natureza

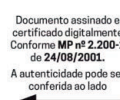
Table with columns for '31/12/2023', '31/12/2022', and sub-columns for 'Custos dos serviços prestados', 'Despesas gerais, administrativas e comerciais', and 'Outras receitas, líquidas'. Includes a 'Controladora' section and a 'Contador' section with names like Fabio Marcel Fossen and Felipe Coragem Negro.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos Administradores e Acionistas ACEF S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego Contador - CRC 1BA024501/O-9



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/03/2024. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/ED95-B40F-AA97-FF22> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: ED95-B40F-AA97-FF22



Hash do Documento

57E4140BEACAD6E7B4604D985BCCF092BD20F5DC56A07508BCBBCB6791973C01

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C10F-E661-6114-0203> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C10F-E661-6114-0203



Hash do Documento

E29405EB0EB1B3DFF87E20CE9D20A6DEB2B0CC09343693975466E26216BBAFE7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1B4E-485E-52FD-2658> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1B4E-485E-52FD-2658



Hash do Documento

5FF04D9AC8CB68AECE5547CF6391E1CF2981DBD51D0E6CCC9F4726E01AF4A47A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7C76-FC96-C14E-321A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7C76-FC96-C14E-321A



Hash do Documento

063DF7DB136AB95A619CE031E41AA4BB535562687817BB4E3D03048CAE7F0AEA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
(nova denominação social da ISEC Securizadora S.A.) - C.N.P.J nº 08.769.451/0001-18

Relatório de Administração sobre o Desempenho da Companhia Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

Virgo Companhia de Securitização: A Virgo Companhia de Securitização ("Companhia") é uma empresa com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, tendo como principais objetivos a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio.

Desempenho operacional: As receitas operacionais em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$18,2 milhões (R\$18,3 milhões em 2022), em linha com o resultado observado para o mesmo no exercício anterior.

Desempenho financeiro: Apresentamos resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 23,5 milhões (R\$ 3,6 milhões em 2022), reflexo direto do aprimoramento dos processos internos e ganhos adicionais na gestão dos recursos financeiros e investimentos em participações.

Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades Operacionais: A Virgo Companhia de Securitização ("Companhia") teve, em 2023, um crescimento significativo no valor presente dos pagamentos futuros a receber. • R\$ 19,5 milhões em créditos de impostos retidos em aplicações financeiras, demonstrando a gestão eficiente da tesouraria. • Migração de R\$ 21,9 milhões do saldo credor do imposto de renda pessoa jurídica de 2022 do ativo não circulante para o ativo circulante, indicando a expectativa de recuperação em um curto período. 2. Reconhecimento de Dividendos Mínimos Obrigatórios a Receber: • R\$ 4,9 milhões a serem recebidos da empresa controlada, evidenciando a solidez da controlada e sua capacidade de gerar resultados e distribuir dividendos. • Reforço de uma expectativa de recebimento de futuros dividendos. 3. Direitos de uso de arrendamento: • R\$ 3,3 milhões referente ao valor presente dos pagamentos futuros de aluguel. • O reconhecimento do valor presente impactou positivamente a DRE da Companhia, pois os pagamentos de aluguel agora são diluídos ao longo da vida útil do contrato.

Passivo: • **Passivos Circulante** somaram R\$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9,9 milhões em 2022), crescimento de 73,8% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Passivos não circulante** somaram R\$ 16,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10 milhões em 2022), crescimento de 55,6% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Passivo total** somou R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 29,9 milhões em 2022), crescimento de 6,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022. A análise dos principais pontos de aumento e redução patrimonial da Companhia releva três eventos relevantes: 1. Elevação dos Saldos em Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar: • R\$ 39,6 milhões em 2023, um crescimento significativo nos créditos fiscais a receber. • R\$ 19,5 milhões em créditos de impostos retidos em aplicações financeiras, demonstrando a gestão eficiente da tesouraria. • Migração de R\$ 21,9 milhões do saldo credor do imposto de renda pessoa jurídica de 2022 do ativo não circulante para o ativo circulante, indicando a expectativa de recuperação em um curto período. 2. Reconhecimento de Dividendos Mínimos Obrigatórios a Receber: • R\$ 4,9 milhões a serem recebidos da empresa controlada, evidenciando a solidez da controlada e sua capacidade de gerar resultados e distribuir dividendos. • Reforço de uma expectativa de recebimento de futuros dividendos. 3. Direitos de uso de arrendamento: • R\$ 3,3 milhões referente ao valor presente dos pagamentos futuros de aluguel. • O reconhecimento do valor presente impactou positivamente a DRE da Companhia, pois os pagamentos de aluguel agora são diluídos ao longo da vida útil do contrato.

Desempenho operacional: As receitas operacionais em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$18,2 milhões (R\$18,3 milhões em 2022), em linha com o resultado observado para o mesmo no exercício anterior.

Desempenho financeiro: Apresentamos resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 23,5 milhões (R\$ 3,6 milhões em 2022), reflexo direto do aprimoramento dos processos internos e ganhos adicionais na gestão dos recursos financeiros e investimentos em participações.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.074	4.661	17.092	12.298
Caixa	-	-	-	-	1
Bancos conta movimento	4	94	21	107	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.070	4.566	17.071	12.190	
Operações de crédito	-	-	122	122	
Recebíveis mobiliários em carteira própria	-	-	-	-	172
Outros créditos	48.662	5.067	50.669	13.860	
Adiantamentos concedidos	27	14	27	450	
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	5	42.511	2.820	45.446	9.134
Dividendos a receber	19	4.947	-	-	-
Devedores diversos	8	1.177	2.233	5.193	4.276
Despesas antecipadas	125	131	125	131	
Ativo não Circulante					
Investimento de longo prazo	23	259	38.389	15.542	28.662
Tributos diferidos	16	220	25.972	7.710	27.308
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ATNC	6	3.247	-	3.426	159
Outros créditos	1	1.728	25.972	4.284	27.147
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	5	1.465	25.136	2.100	25.136
Valores em partes relacionadas	19	273	836	2.184	2.011
Investimento					
Participações em controladas	9	16.780	11.112	-	-
Arrendamentos					
Direitos de uso de imóveis - Alugados	7	6.665	340	6.665	340
Imobilizado					
Imobilizado	10	568	964	1.167	1.016
Diferimento de depreciação acumulada		2.382	2.042	5.279	4.781
(-) Depreciação acumulada		(11.424)	(10.798)	(4.112)	(3.765)
Total do Ativo		80.219	48.247	83.547	55.073

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
PASSIVO					
Circulante					
Captação de recursos	2.628	395	2.628	395	
Obrigações por empréstimos	11	2.628	395	2.628	395
Outras obrigações		13.026	8.610	16.354	12.257
Dividendos a pagar	16.c	4.056	64	4.094	102
Obrigações fiscais	12	3.463	4.881	3.500	4.706
Provisões para pagamentos a efetuar	13	2.724	1.511	2.804	3.778
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	14	1.151	378	1.151	378
Provisão para cobertura de passivos contingentes	21	-	-	526	467
Credores diversos	15	1.632	1.976	4.279	4.540
Obrigações na aquisição de recebíveis		-	-	-	433
Passivo não Circulante					
Captação de recursos		16.208	10.414	16.208	13.959
Obrigações por emissão de		9.818	10.414	9.818	13.959
Obrigações por regime fiduciário		-	-	-	3.179
Obrigações por empréstimos	11	9.818	10.414	9.818	10.414
Outras obrigações		6.390	-	6.390	-
Provisões para pagamentos a efetuar ATNC	13	87	-	87	-
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	14	6.303	-	6.303	-
Capital social líquido	16	48.357	28.829	48.357	28.829
Patrimônio líquido	16.a	35.537	35.537	35.537	35.537
Reserva Legal		841	-	841	-
Reserva de Lucros	16.d	11.979	-	11.979	-
Reservas/Prejuízos acumulados		-	(6.709)	-	(6.709)
Total do Passivo		80.219	48.247	83.547	55.073

Demónstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Recursos da Intermediação Financeira					
Receita de operações líquidas	17.1	18.265	18.311	19.407	21.305
Total das receitas da intermediação financeira líquidas		18.265	18.311	19.407	21.305
Despesas da Intermediação Financeira					
Captação no mercado		-	-	-	(3.569)
Resultado de operações sob regime fiduciário		143	(13)	237	(1.211)
Total das despesas de intermediação financeira		143	(13)	237	(4.780)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		18.408	18.298	19.603	16.525
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com pessoal	17.2	(23.978)	(19.507)	(23.978)	(19.507)
Outras despesas administrativas	17.3	(7.816)	(6.718)	(14.224)	(9.949)
Despesas tributárias		(363)	(397)	(392)	(520)
Resultado da Equivalência Patrimonial	9	16.860	(6.228)	40	(4.323)
Outras despesas operacionais	17.4	(20.988)	(23.562)	(25.644)	(24.576)
Outras despesas operacionais	17.4	(1.596)	(1.298)	(1.704)	(8.065)
Provisão para perdas	17.4	(1.794)	(139)	(2.407)	-
Total de outras receitas (despesas) operacionais		5.302	(10.704)	(17.061)	(13.465)
Resultado antes dos Tributos Financeiro e do Imposto de Renda		23.710	7.594	2.542	3.060
Resultado Financeiro					
Despesas Financeiras		743	45	26.744	6.541
Despesas Financeiras		(2.564)	(1.578)	(2.564)	(1.578)
Total do resultado financeiro		(1.821)	(1.533)	24.180	4.963
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		21.889	6.061	26.722	8.023
Imposto de renda e Contribuição Social	17.5	(1.615)	(2.370)	(6.448)	(4.323)
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	17.5	3.247	-	3.247	-
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Em R\$)		23.521	3.691	23.521	3.691

Demónstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido de operações		21.889	6.061	26.722	8.023
Ajustes por:					
Baixa de outros investimentos		-	-	-	15
Resultado de participações societárias		(16.860)	6.228	-	-
Reversão de outros provisões		-	-	59	396
Aumento no Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.247)	-	-	(1.551)
Adição de depreciação, amortização e exaustão		345	245	347	284
Lucro líquido ajustado		2.128	12.534	23.861	6.767
Total de Impostos e Contribuições Pagas no Período		-	-	(3.210)	-
Redução (aumento) em Operações de Crédito (Aumento) redução em outros créditos		(14.847)	(20.589)	(14.188)	(17.605)
Redução (aumento) em Adiantamentos Concedidos		(13)	423	(45)	(45)
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	(46)	-	(1.738)
Aumento (Redução) em captação de recursos		(2.622)	(940)	(4.189)	(5.300)
Redução em CR Imóveis e Integralizados		-	-	(6.212)	-
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		(15.354)	(9.040)	(915)	(10.551)
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento					
Adições/Cancelamentos de Investimentos em Imóveis		(340)	(356)	(498)	(371)
Investimentos em Controladas - redução de capital		7.000	-	-	-
Apropriações em contratos de arrendamento		751	216	751	216
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Investimento		7.411	(140)	253	(155)
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento					
Redução de capital		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		1.637	2.077	1.637	2.077
Dividendo mínimo provisionado		3.992	-	3.992	-
Contrato de mútuo com controladas		(273)	(5.045)	(173)	-
Reccebimentos					
Aumento de capital		-	12.130	-	12.130
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		5.356	9.162	5.456	14.207
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes		(2.687)	(18)	4.794	3.501
Saldo Final de Caixa e Equivalentes		4.661	4.679	10.298	8.797

Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional: A Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securizadora S.A., alterada na AGF de 14 de junho de 2021) ("Virgo" ou "Companhia") é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Guaraniba, nº 207, 16º andar, qd 162 no bairro do Butantã. A Companhia, constituída em 1 de maio de 2007, tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente ao Grupo Virgo, e certas operações podem ter a coparticipação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

Demónstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		23.521	3.691	23.521	3.691

Demónstrações do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas Totais					
Operações de crédito	17.1	21.458	18.311	22.471	21.305
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário		143	-	233	-
Insusos Adquiridos de Terceiros		(7.470)	(7.923)	(13.914)	(22.510)
Material, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(7.470)	(7.910)	(13.877)	(17.730)	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		(426)	(245)	(347)	(284)
Valor Adicionado Bruto		14.131	10.388	9.060	(1.205)
Retenções (346)		(346)	(245)	(347)	(284)
Depreciação, Amortização e Exaustão		(346)	(245)	(347)	(284)
Valor Adicionado Líquido		13.785	10.143	8.713	(1.489)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		38.203	17.408	48.278	31.117
Lucro do exercício	9	16.860	(6.228)	40	(4.323)
Despesas Financeiras		743	45	26.744	6.541
Outras Receitas	17.4	20.600	23.583	21.494	24.576
Valor Adicionado Total a Distribuir		51.988	27.543	56.991	29.628
Distribuição do Valor Adicionado					
Imposto e contribuições (sem IRRS)	17.2	20.617	16.643	20.617	16.643
Impostos, taxas e contribuições (com IRRS)		5.286	5.631	10.289	7.716
Remuneração de Capitais de Terceiros		2.564	1.578	2.564	1.578
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.c				

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6564-84AC-8AC6-01E7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6564-84AC-8AC6-01E7



Hash do Documento

0A4E4AB0AAD3ADA1E0EDA35DD9E5868E0846103AD1D46F8CC3144FD71C47F9C4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Virgo II Companhia de Securitização: A Virgo II Companhia de Securitização ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, tendo como principais objetivos a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio.

Desempenho operacional - Receita Operacional: As receitas operacionais em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$1,1 milhões (R\$ 1,1 milhões em 2022), em linha com o resultado observado para o mesmo exercício anterior.

Desempenho Financeiros - Resultado Líquido: Apresentamos resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$16,8 milhões revertendo o prejuízo de R\$5,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 7,94% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

milhões em 2022, crescimento de 7,94% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Ativo total somaram R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 18,2 milhões em 2022), crescimento de 37,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022. O principal ponto de aumento patrimonial é decorrente, da elevação dos saldos em caixa e equivalentes de caixa que somaram R\$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6,8 milhões em 2022), crescimento de 119,9% em comparação a 31 de dezembro de 2022, gerados como resultado da operação.

Passivo

- Passivos circulante** somaram R\$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7,1 milhões em 2022), crescimento de 16,5% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- Passivo total** somaram R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 18,2 milhões em 2022), crescimento de 37,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são redução de capital dentro do exercício de 2023 no montante de R\$ 7 milhões, absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 6,2 milhões e o reconhecimento de dividendos mínimos a pagar no montante de R\$ 4,2 milhões.

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira	1.142	1.148
Receitas de intermediação líquida	13,1	1.147
Despesas da Intermediação Financeira	54	(3.206)
Resultado de operações sob regime fiduciário	91	(1.455)
Despesas com emissão de CRI	(1.516)	(1.516)
Despesas com aquisição de recebíveis	(37)	(235)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.196	(2.058)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Outras Despesas Administrativas	13,2	(6.409)
Outras receitas operacionais	(29)	(114)
Outras receitas e despesas operacionais	13,3	895
Resultado da equivalência patrimonial	40	(633)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(5.503)	(9.394)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(4.307)	(11.452)
Resultado Financeiro	13,4	25.001
Receitas Financeiras	25.001	6.471
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	21.694	(4.981)
Imposto de renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	13,5	(4.853)
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	20	(1.247)
Resultado do Exercício	16.861	(6.228)
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Em R\$)	404,84	(149,54)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)	2023	2022
Resultado do Exercício	16.861	(6.228)
Outros resultados abrangentes	16.861	(6.228)
Resultado Abrangente do Exercício	16.861	(6.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)	2023	2022		
Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros (Prejuízos) acumulados	Total

Saldo em 01 de Janeiro de 2022	25.385	4.694	-	2.207	(32.286)
Aumento de capital social	(14.946)	-	-	-	(14.946)
Projeto de exercício	-	-	-	(6.228)	(6.228)
Absorção de prejuízos	(4.021)	-	-	4.021	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	10.438	673	-	-	(11.112)

Redução de capital social 12,a (7.000) - - - - - 16.861 16.861

Redução de capital social 12,a (7.000) - - - - - 16.861 16.861

Reserva legal 12,b - - - 15 - - - - - (15) -

Dividendo mínimo obrigatório 12,c - - - - - (4.212) (4.212)

Reserva de Lucros 12,d - - - - - 12.634 (12.634)

Saldo em 31 de Dezembro de 2023 **3.439** **688** **12.634** - **(16.761)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

vam relacionadas no montante de R\$ 433 as operações de securitização de recebíveis, cuja liquidação financeira estava condicionada à averbação das cessões de crédito, por escrituras públicas ou endossos em Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs) emitidas para esse fim, e que serviram de lastro para a emissão de CRIs. Em 2023 a operação foi liquidada d) Obrigações por operações vinculadas a cessão; b) Reservas legais; c) Diferenças de pagamento, que constituem obrigação da Companhia na data do encerramento do exercício anterior, no montante de R\$ 3.172. As obrigações foram liquidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não havendo mais passivos ou contingências a serem assumidas pela companhia.

11. Operações com Partes Relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e suas familiares, conforme o pronunciamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), a todos sem valor nominal, da forma normativa. b) Reserva legal: É constituída à Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa. b) Reserva legal: É constituída à Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa. b) Reserva legal: É constituída à Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa.

Partes Relacionadas ativo

Pagamentos a ressarcir de controlador (i) 1.990 1.990

Pagamentos a ressarcir de coligadas (ii) - - 100

1.990 2.090

Partes Relacionadas passivo

Valores a pagar a coligadas (iii) - - 79 108

79 108

Resultado

Receitas de prestação de serviços de ligadas - - - - - (4.648) (1.863)

Despesas com prestação de serviços de ligadas (iv) - - - - - (4.648) (1.863)

Adiantamentos a membros da administração da controladora, cedido para a Virgo Holding, Controladora do exercício, no montante de R\$ 1.990. (ii) Referir-se a pagamentos de despesas por conta e ordem de empresas ligadas que foram resarcidas. (iii) Pagamentos realizados por Despesas com partes relacionadas em nome da companhia, e que serão ressarcidos no curto prazo. (iv) Despesas relativas a serviços administrativos prestados pela Virgo Soluções é Virgo II no exercício. Diferenças de pessoal-chave da administração - Remuneração de pessoal-chave da Administração. No exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração de administradores na Companhia. A Companhia não fornece outros benefícios não caixa à administração, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego e outras programas de opção de compra de ações da Companhia.

12. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.439 (R\$ 10.439 em 2022) dividido em 41.403 ações ordinárias e 246 ações preferenciais Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa. b) Reserva legal: É constituída à Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa. b) Reserva legal: É constituída à Classe de A, todas sem valor nominal, da forma normativa.

13. Principais Contas de Resultado do Período - 13.1. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do exercício, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

	31/12/2023	31/12/2022
Gestão dos patrimônios separados	1.254	1.217
Renda e atualização sobre Direitos creditórios	29	50
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(141)	(119)
1.142	1.148	

13.2. Outras Despesas Administrativas

Serviços de terceiros (93) (107)

Processamento de dados (322) (397)

Serviços técnicos especializados (611) (308)

Serviços com partes relacionadas (Nota 11) (4.648) (1.863)

Publicidade e publicidade (19) (25)

Tarifas de serviços bancários e financeiros (100) (139)

Outras (417) (215)

(6.409) **(2.853)**

As despesas relativas aos Serviços com partes relacionadas referem-se à manutenção das atividades da Companhia.

13.3. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Perdas estimadas com créditos de difícil liquidação de ativos (595) (6.331)

Provisão para contingências cíveis (59) (397)

Depreciação de bens de uso (16) (39)

Variações monetárias ativas 418 466

Ganhos econômico sobre operações fiduciárias 428 442

Recuperação de valores em operações fiduciárias 432 -

Outras 297 65

895 **(5.794)**

13.4. Resultado Financeiro

Rendimento de aplicação financeira 804 363

Ganhos Financeiros sobre Operações Fiduciárias 25.197 6.108

Total 26.001 **6.471**

13.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social 21.694 (4.981)

Adições:

Provisões para perdas temporariamente ineditáveis 653 7.652

Outros ajustes - - -

Exclusões:

Serviços dedutíveis no exercício (3.901) -

Créditos Baixados como Prejuízo Equivalência Patrimonial (40) (81)

Base antes da compensação de prejuízos 16.030 (1.311)

Compensação de prejuízo fiscal 1.684 -

Base de cálculo 14.346 (1.311)

IRPJ - Alíquota de 25% 3.562 -

CSLL - Alíquota de 9% 1.291 -

Imposto de renda e contribuição social do período 4.853 (1.247)

14. Gercionamento de risco Financeiro - Visão Geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da

operação de securitização e o efetivo cumprimento de performance na prestação de serviço. Devido a relevância destas operações descritas e dos assuntos tratados, consideramos com sendo um assunto significativo de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o acompanhamento, apuração e registro da receita, tendo ainda realizado: • Testes, com base em amostras, de recálculo dos valores apropriados como receitas; • Inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado; • Verificação dos respectivos comprovantes de seus recebimentos; e • Adequadas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber registradas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA): A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração

ATIVO	Nota explicativa		31/12/23		31/12/22	
	2023	2022	2023	2022		
Circulante	22.091	15.482				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.018	6.528	6.815		
Bancos conta movimento	16	13	12	12		
Aplicações financeiras de liquidez imediata		15.002	6.815	122		
Operações de crédito		122	122			
Recebíveis imobiliários em carteira própria	5	122	122			
Outros créditos		6.951	8.532			

Adiantamentos concedidos			436	
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	6	2.935	6.129	
Diversos diversos	7	4.016	1.287	
Imóveis adjudicados			570	
Ativo não Circulante			3.022	2.800
Realizável a Longo Prazo			2.814	2.249
Outros créditos			2.814	2.249
Impostos e contribuições a compensar/recuperar ATNC	6	645	-	-
Valores a receber entre partes relacionadas	11	1.990	2.090	
Despesa de Renda e Contribuição Social Diferidos ATNC	8	179	159	
Investimentos			9	499
Imobilizado			208	52
Total do Ativo			25.113	18.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A Virgo II Companhia de Securitização ("Virgo II" ou "Companhia") é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gerávitab, nº 207, 16º andar, c/j 162 no bairro do Butantã. A Companhia iniciou suas atividades em 31 de julho de 1997, e atualmente tem como principais objetivos sociais: (a) a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs - Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs - e de outros títulos de crédito, (d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as suas atividades. Suportado pelos instrumentos de governança corporativa instituídos para a Companhia, não é identificada a figura de instituição controladora dentre seus acionistas. Em 24 de julho de 2019, os controladores da Companhia em conjunto com a Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securizadora S/A), celebraram, o contrato definitivo para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da VIRGO II, passando a VIRGO, naquela data, a ser a controladora direta da Companhia. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integrada-mente ao Grupo VIRGO, e certas operações podem ter a participação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais absorvidos são avaliados segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e emissão, incluindo os Pronunciamentos em matéria de contabilidade de Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis (CNC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. a) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. b) **Método funcional e modo de apresentação:** Estas demonstrações são apresentadas em moeda funcional (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** - A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revisadas de maneira contínua. Revisão de estimativas e premissas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. d) **Aprovação das Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e tiveram autorização pela pela administração em 27 de março de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras de liquidez imediata, com exceção de investimentos em títulos de dívida de longo prazo e em penalidades. As aplicações são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. 3.2. **Instrumentos financeiros:** Titulos e passivos são inicialmente registrados quando de sua origem, sendo avaliados pelo custo amortizado, atualizado usando o método da taxa efetiva, menos amortizações, ajustado por perdas de impairment, ou pelo valor justo, utilizando a hierarquia de valor justo, assim por exemplo: • **Nível 1** - Preços cotados (ou não ajustados) em mercados ativos e mercados secundários para ativos e passivos, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui somente ativos financeiros ao custo amortizado. As baixas de um ativo financeiro ocorre quando de seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. A Companhia tem as contas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros no balanço. 3.3. **Operações de crédito:** Representam valores de operações de crédito com prazo de pagamento superior a 12 meses, com exceção de 9.514, de 20 de novembro de 1997, e alterações posteriores, e ICVM nº CVM nº 60, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contábil. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos nesse regime. Pela fiducia, tais créditos ficam excetados do patrimônio econômico da entidade emissor. Um passivo de recurso econômico seja a obrigação de pagar específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto do com regime fiduciário com cobrança. A segregação em prazos sobre a realização desses ativos está mencionada na nota explicativa nº 18. O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros: i) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada com relação aos ativos securitizados, o balanço da Companhia registra a venda desses ativos do balanço. 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares da venda de ativos financeiros - os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo constituído um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida. 3.4. **Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com razoabilidade. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, quando provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Será arcado, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais aplicáveis, sendo classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses, caso contrário serão classificados como não circulante. 3.5. **Capital social:** Ações ordinárias e ações preferenciais: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos relacionados diretamente com a emissão de ações - quando for o caso - são registrados em um ativo reconhecido como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. 3.6. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. A Companhia não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão. 3.7. **Provisões, ativos e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou de natureza contratual, cuja estimativa de maneira razoável e provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: Ativos Contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. Passivos contingentes: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de seu pagamento, o valor estimado de tais passivos contingentes e sua saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Os Classificados como perda possível são divulgados e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota. 3.8. **Resultados: Resultado operacional:** A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, despesa de juros e atualização monetária auferidas nas cartieras de recebíveis imobiliários, pelo montante gerado em operações sujeitas a risco de origem e de estruturação de operações de securitização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. As receitas de contratos com clientes estabelecendo um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfetidos observando as seguintes etapas: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento das obrigações de desempenho. Considerando essas etapas, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo de operação, as receitas a auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido. **Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários (receitas e despesas):** As receitas abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento nas demonstrações financeiras. As aplicações em fundos de investimentos tem estabilidades apuradas pela variação da cota divulgadas pelo administrador, as quais já incluem o valor de mercado. Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por

PASSIVO	Nota explicativa		31/12/23		31/12/22	
	2023	2022	2023	2022		
Circulante	8.352	7.170				
Outras obrigações			12,c	21		
Juros sobre capital próprio a pagar			12,c	4.964		
Dividendos a pagar			25	752		
Fiscais e previdenciárias			11	-		
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar			80	118		
Provisões para pagamentos a efetuar			10,a	526		
Provisão para cobertura de passivos contingentes			10,b	2.647		
Crédores diversos			10,c	470		
Obrigações na aquisição de recebíveis			10,d	-		
Passivos com Partes Relacionadas			11	79		
Obrigações por operações vinculadas a cessão			10,d	-		
Patrimônio Líquido	16.761	11.112				
Capital social realizado	12,a	3.439	10.439			
Reserva Legal	12,b	688	673			
Reserva de Lucros		12,634				

Total do Pass

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402 Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
<p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as nor-</p>	<p>mas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se	<p>existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes,	<p>incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 27 de março de 2024.</p> <p>BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/0-1 Paulo Sérgio Barbosa Contador CRC 1 SP 120359/0-8</p>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CE0C-B241-FDC3-20EB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CE0C-B241-FDC3-20EB



Hash do Documento

AD1E2A2A49531CFB17A70E8D12F3ACDA729A8F8B34800F415A0B9D844CBBCB0F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



SAMM — Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

CNPJ/PM nº 10.665.151/0001-12

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Recursos operacionais líquidos	17	77.631	82.451
Custos dos serviços prestados		(62.377)	(64.585)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(45.783)	(40.742)
Custo com pessoal		(8.819)	(7.853)
Materiais, equipamentos e veículos		(587)	(475)
Serviços		(1.298)	(865)
Comunicação de dados - internet		(1.103)	(976)
Direito de passagem		(3.785)	(2.031)
Outros		(1.002)	(1.993)
Lucro bruto		15.254	27.866
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(14.190)	(14.706)
Despesa com pessoal		(10.056)	(10.332)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(932)	(1.329)
Materiais equipamentos e veículos		(587)	(475)
Aluguel de imóveis e condomínios		(1.248)	(1.069)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(524)	(354)
Outras receitas (despesas) operacionais		(989)	(1.162)
Resultado antes do resultado financeiro		1.064	13.160
Resultado financeiro	18	(7.172)	(3.596)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.108)	9.564
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	1.953	(2.689)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(4.153)	6.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Meses de Entre 1 e Entre 2 e Entre 3 e Acima de					
1 ano 2 anos 3 anos 4 anos 5 anos					
Fornece e contas a pagar a partes	7.131	3.586	3.194	3.317	48.803
Fornece e (a)	18.730	7.411	5.015	4.668	33.379
Mútuos com partes relacionadas	32.608	-	-	-	-
(a) Valores brutos e ajuste a valor presente	-	-	-	-	-
Ativo a dezembro de 2023 - Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 58.398	substancialmente composto por mútuos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro da acionista controladora.				

Demonstrações dos resultados abrangentes			
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	2023	2022	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.153)	6.875	
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício	(4.153)	6.875	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	109.701	(4.550)	105.151
Lucro líquido do exercício	109.701	6.875	6.875
Destinações:			
Juros sobre capital próprio em 22 de dezembro 2022 (líquido)	-	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2022 (IRRFR)	-	(4.500)	(4.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	109.701	(34.173)	75.528
Prejuízo do exercício	-	(4.153)	(4.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	109.701	(38.586)	71.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(1.064)	13.160
Ativos a receber e passivo de contrato		1.064	(1.162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.064)	(1.064)
Depreciação e amortização	10	111	131
Juros sobre notas promissórias	18	216	6.339
Capitalização de custos dos empréstimos	18	(3.933)	(2.327)
Juros sobre mútuos e comissão de fianças partes relacionadas	18	3.422	429
Juros sobre impostos parcelados	18	14	19
Atualizações para provisão para riscos civis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	7	(187)
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	4.990	2.963
Ajuste a valor presente do arrendamento			
Depreciação - Direito de uso em arrendamento	12.1	14.587	13.857
Ajuste a valor presente - contratos			
Ajuste a valor presente - contratos partes relacionadas	1.234	2.588	(1.833)
Mutuos de aplicação financeira	(7)	(344)	(344)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos		7.1	20.305
Contas a receber e partes relacionadas	9	3.393	(3.592)
Impostos a recuperar	18	4.788	(1.484)
Despesas antecipadas e outros créditos	(103)	(79)	-
Fornecedores	14	(3.397)	(1.629)
Fornece e contas a pagar a partes relacionadas	9	15.153	(5.933)
Obrigações sociais e trabalhistas	(34)	1.144	-
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	11	2.126	2.510
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(4.054)	(2.732)	-
Pagamentos com obrigações trabalhistas e previdenciários	(10)	-	-
Passivo de contrato	(43.620)	31.944	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(4.262)	39.910

Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(66.327)	(25.999)
Aquisição de ativo imobilizado	11	6.070	(322)
Outros do ativo intangível	10 e 11	3.388	a.a.
Aplicações financeiras líquidas de resgate		5.745	(1.057)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(64.904)	(27.362)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de juros sobre capital próprio			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		20.2	(2.550)
Notas promissórias:			
Impostos e contribuições de custo de transação	20.2	(2.550)	(2.550)
Pagamentos de principal e juros	20.2	(57.441)	(37.773)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal e juros	20.2	(18.896)	(4.432)
Dívidas e partes relacionadas:			
Captações	20.2	30.000	-
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamento		(46.327)	5.060

Demografia (redução) aumento da caixa e equivalentes

Início do exercício			
No final do exercício			
(Em milhares de Reais)			
	2023	2022	
Demografia (redução) aumento da caixa e equivalentes			
Início do exercício			
2023	71	27.220	9.612
2022	71	4.989	27.220
Fim do exercício		(37.721)	17.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

2023					
	Contró-lado	Partes rela-tionadas	Outras	Contró-lado	Outras
Saldos					
Ativo	-	-	-	3.833	3.835
Bancos conta movimento	-	8	8	-	21
Aplicações financeiras	-	-	-	13.473	13.473
Contas a receber	5	216	421	-	3.814
Outros (a) de uso em arrendamento	-	-	-	23.081	23.081
Passivo	34.039	55.556	89.595	10.119	8.739
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	14.331	55.556	56.887	10.119	8.739
Mútuos	32.608	-	-	-	-

2022

2022					
	Contró-lado	Partes rela-tionadas	Outras	Contró-lado	Outras
Transações					
Custos/Despesas - serviços prestados de transmissão de dados	-	(2.579)	(2.579)	-	(1.380)
Custos/Despesas - infraestrutura	-	(1.623)	(1.623)	-	-
Impostos	-	-	-	-	-
Custos/Despesas - benefício da privação de liberdade	-	(282)	(282)	-	(100)
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(26)	(26)	-	(53)
Despesa de prestação de serviços	(162)	-	(162)	(429)	(429)
Despesas financeiras com juros, variações cambiais e monetárias	-	1.350	1.350	-	(412)
Despesas financeiras com mútuos	(3.260)	-	(3.260)	-	-
Pagamentos de custos e despesas	(2.906)	-	(2.906)	2.127	-
Repasses de custos e despesas de colaboradores	-	(72)	(72)	-	-
Outras	-	1.502	1.502	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	61	4.940	5.264	256	3.510
Outras receitas operacionais	133	139	34	34	40

9.1. Profissionais-chave da administração - Despesas com profissionais-chave da administração - Diretores - Estatutários

2023					
	Benefícios do contrato	Remuneração fixa	Outros benefícios	Total	Benefícios do contrato
Remuneração (a):					
Benefícios de contrato	1.406	-	-	1.406	1.282
Outros benefícios:					
Provisão para remuneração variável (Reversão) complementada de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	-	-	851	1.188	-
Seguro de vida	-	-	(212)	806	2

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração					
	2023	2022		2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	(1.068)			
(b) Contemplação o valor de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração e diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária); (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado pagamento de PPR no montante de R\$ 976. Decorrente da reestruturação da administração no Grupo CCR em 2023, houve rescisão dos Diretores da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois atualmente os administradores são remunerados por outras partes relacionadas do Grupo CCR.					
Taxas anuais de operações de mútuo:					
Caixa contratuais - mútuos					
CDI + 1,71% a.a.		Maio de 2024	32.608	-	-
Total			32.608	-	-
2022			32.608	-	-
Mútuo - Passivo			32.608	-	-
Circulante			32.608	-	-
Total			32.608	-	-

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 9,24% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

12.3. Cronograma (não circulante): Cronograma (não circulante)

	2023	2022	
2023	8.462	-	
2026	471	-	
2027	662	-	
2028	899	-	
2029 em diante	33.433	-	
Total	43.947		

13. Notas promissórias

Série	Taxa	Taxa efetiva do vencimento (%)	Custos de transação incorridos	Saldos do transação a posterior	2023	
					2023	2022
14ª Emissão	CDI + 1,40%AA	1,770% (a)	Abril de 2023	185	-	55.315
Total geral						55.315

Circulante

Circulante						
Notas promissórias	-	-	-	-	-	55.315
Custos de transação	-	-	-	-	(63)	-
Total geral						55.315
(a) Custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.						
14. Fornecedores						
2023	2022	2023	2022			
Fornecedores nacionais (a)	8.847	7.666	-			
Fornecedores de fibra óptica (b)	6.274	6.045	-			
Fornecedores de conectividade (c)	3.094	2.141	-			
Fornecedores de rádio frequência (d)	169	235	-			
Fornecedores de infraestrutura (e)	90.742	90.742	-			
Fornecedores nacionais (a)	29.376	21.262	-			
Fornecedores de fibra óptica (b)	27.952	21.024	-			
Fornecedores de conectividade (c)	2.335	136	-			
Fornecedores de rádio frequência (d)	-	9	-			
Total	48.736	37.338				
(a) Refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos;						
(b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica (demanda contratada a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 54.224 (R\$ 36.898 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses;						
(c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totaliza R\$ 5.594 (R\$ 2.153 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2023 e 2022 são de 9,24% e 9,64%, respectivamente.						



Relatório da Administração

Balancetes patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2023	2022	
Ativo				Patrimônio líquido
Circulante		217.700	66.261	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.499	27.220	Fornece e (a)
Aplicações financeiras	6	3.027	-	Notas promissórias
Contas a receber das operações	7.1	10		

continuação SAMM - SOCIEDADE DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTDA. 15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais...

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria...

Composição da Diretoria. André Luiz Faria Testes Diretor-Presidente. Eduardo Siqueira Moraes Camargo Diretor. Cantadora Fabia da Vera Cruz Campos Stancaffi - CRC 1SP190868/0-0

Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Table with 4 columns: 2023, 2022, Valor contábil (a), Valor justo. Rows include Nota promissória (a) and Valores líquidos dos custos de transação.

19.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

Table with 5 columns: Exposição em R\$ (a), Cenário provável, Cenário A, Cenário B, 50%. Rows include Risco, Efeito sobre os mútuos, Efeito sobre as aplicações financeiras.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Table with 5 columns: Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final. Rows include Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final.

21. Eventos subsequentes: Em 25 de março de 2024, a Empresa aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, com emissão de 5.000 de novas quotas, no valor de R\$ 1.000 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas por sua única sócia em período a ser deliberado.

Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Table with 4 columns: 2023, 2022, Valor contábil (a), Valor justo. Rows include Nota promissória (a) and Valores líquidos dos custos de transação.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Table with 5 columns: Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final. Rows include Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final.

21. Eventos subsequentes: Em 25 de março de 2024, a Empresa aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, com emissão de 5.000 de novas quotas, no valor de R\$ 1.000 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas por sua única sócia em período a ser deliberado.

Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Table with 4 columns: 2023, 2022, Valor contábil (a), Valor justo. Rows include Nota promissória (a) and Valores líquidos dos custos de transação.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Table with 5 columns: Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final. Rows include Saldo inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações que não afetam o caixa, Saldo final.

21. Eventos subsequentes: Em 25 de março de 2024, a Empresa aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, com emissão de 5.000 de novas quotas, no valor de R\$ 1.000 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas por sua única sócia em período a ser deliberado.

Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/660E-9026-D8F1-1414> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 660E-9026-D8F1-1414



Hash do Documento

333AD01254AA0C2BCEFD338F3A87C6AD183BA152B7DBF8026C27F6D335909588

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submeteu à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. Para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Ativo															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.408	14.227	352.164	247.746										
Contas a receber	6	51.227	40.502	101.436	87.969										
Tributos a recuperar		2.073	2.722	5.164	4.059										
Outros créditos	7	103.653	19.715	20.325	12.912										
Total do ativo circulante		158.361	77.166	479.089	352.686										
Não circulante															
Contas a receber	6	1.440	1.515	8.606	8.089										
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	600	530	-	-										
Depósitos judiciais	16	1.399	1.060	5.412	9.236										
Outros créditos	7	3.928	2.999	62.264	48.379										
Tributos diferidos	21	24.204	24.284	50.544	53.510										
Investimentos	8	1.232.103	1.187.974	45	45										
Imobilizado, líquido	9	39.710	31.874	284.583	269.538										
Direito de uso	12	84.042	105.889	475.965	499.816										
Intangível, líquido	10	68.805	44.695	778.830	769.645										
Total do ativo não circulante		1.456.231	1.400.687	1.666.249	1.658.258										
Total do ativo		1.614.592	1.477.853	2.145.338	2.010.944										

Demonstrações dos Resultados

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022		
Receita líquida	22	488.426	428.720	980.297	872.889					
Custo dos serviços prestados	23	(238.437)	(209.683)	(484.426)	(443.758)					
Lucro bruto		249.989	219.037	495.871	429.131					
(Despesas) e receitas operacionais:										
Despesas gerais, administrativas e comerciais	23	(144.992)	(118.699)	(237.735)	(211.295)					
Resultado de equivalência patrimonial	8	14.730	92.391	-	-					
Outras receitas, líquidas	23	4.575	5.958	21.636	20.627					
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		256.882	198.687	279.772	238.463					
Receitas financeiras	24.1	2.649	5.065	44.368	34.648					
Despesas financeiras	24.2	(163.717)	(172.281)	(224.245)	(236.872)					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		95.814	31.471	99.895	36.232					
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente	21	(119)	-	(1.314)	(1.903)					
Diferido	21	(80)	3.367	(2.966)	509					
Lucro líquido do exercício		95.615	34.838	95.615	34.838					
Média ponderada das ações no exercício	19	2.262.398	2.262.398							
Lucro básico e diluído por ações em reais	19	42,2627	15,3987							

Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social		Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
		2023	2022						
Saldos em 31 de dezembro de 2021									
Lucro líquido do exercício		54.882	-	41.443	8.509	49.952	-	104.834	113.678
Aumento de capital		1.000	-	-	-	-	34.838	34.838	34.838
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.000
Constituição da reserva legal	18,2	-	-	-	1.742	1.742	(1.742)	(1.742)	(8.274)
Dividendos mínimos obrigatórios	18,4	-	-	-	-	-	-	(8.274)	(8.274)
Retenção de lucros	18,3	-	-	24.822	-	24.822	-	(24.822)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022									
Lucro líquido do exercício		55.882	-	66.265	10.251	76.516	-	132.398	149.422
Aumento de capital	18,1	57.600	-	-	-	-	95.615	95.615	57.600
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	57.600
Constituição da reserva legal	18,2	-	-	-	4.781	4.781	(4.781)	(4.781)	(22.709)
Dividendos mínimos obrigatórios	18,4	-	-	-	-	-	-	(22.709)	(68.125)
Retenção de lucros	18,3	-	-	68.125	-	68.125	-	(68.125)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023									
		113.482	-	134.390	15.032	149.422	-	262.904	262.904

Notas Explicativas às Demonstrações

1. **Contexto operacional:** A SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Sociedade" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede em São Paulo - SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas detêm com principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de suporte, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de cursos de parcerias, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e mestrados; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativos a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$38.197 (ativo circulante de R\$479.089 e passivo circulante consolidado de R\$517.286, cujo principal impacto está atrelado às obrigações por aquisição de participações societárias com liquidações previstas no curto prazo. A Companhia e suas controladas geram fluxo de caixa operacional de R\$64 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional. 1.1. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para aprovação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA reatado ("IVA Dual") em duas competências: uma federação (Instituições Federais de Ensino - IFES) e as demais competências (PIS, COFINS e IPT) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na aplicação dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação de temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. 2. **Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominada "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") e pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee ("SIC Interpretations") e evidências tomadas das informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser relatado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de março de 2024. As políticas contábeis materializadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 2.1. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta		
Um Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
IPE Educacional Ltda. ("Unipê")	99,99%	99,99%
IEP Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Participação indireta		
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos, passivos, resultados, receitas e fluxos de caixa relacionados às operações de transação entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício. 2.2. **Combinação de negócios:** Combinação de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e reconhecê-los de acordo com os termos contratuais. Se a combinação econômica e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada com um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Os ativos de indenização deverão ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às demais potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data de aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de estendimento estão sendo demonstrados conforme a Nota 7, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota 16. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos à unidade geradora. Quando o ágio fizer parte da parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apuradas na data de aquisição. 2.3. **Classificação circulante não circulante:** A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos classificadas como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja realizado, ou pretense-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; • é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • deve ser

Finanças Individuais e Consolidadas

liquidadas no período de 12 meses após a data do balanço; • a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. 2.4. **Tributos: imposto de renda e contribuição social - Correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao PROUNI e o lucro da exploração sobre as atividades isentas. De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13. Tributos diferidos: Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não aleata nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal; • sobre as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurada pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada município as alíquotas são de 2% a 5%. 2.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa um aplicação financeira não relacionada ao ensino superior, a incidência do PIS é apurada pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada município as alíquotas são de 2% a 5%. 2.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa um aplicação financeira não relacionada ao ensino superior, a incidência do PIS é apurada pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada município as alíquotas são de 2% a 5%. 2.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa um aplicação financeira não relacionada ao ensino superior, a incidência do PIS é apurada pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada município as alíquotas são de 2% a 5%. 2.6. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa e do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaçamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • os direitos de receber fluxos de caixa do ativo são transferidos para a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas ressaltadas em eventos de instruminação possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contato a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável, não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pelo, de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. 2.6.2. **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, e no caso de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de hedge em uma estratégia de hedge de negócios pelo CPC 48/IFRS 9. Passivos financeiros para negociação são passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designam nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraiados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado

12. Arrendamentos:

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento. Contratos por prazo e taxa de desconto:

Tabela com 2 colunas: Prazos contratuais (3 anos, 6 anos, 9 anos, Mais de 10 anos) e Taxa (10,00%, 10,51%, 10,98%, 9,61%).

12.1. Movimentação do direito de uso:

Tabela de movimentação do direito de uso com colunas: Descrição, Controladora, Consolidado. Inclui sub-totais de 31/12/2022 e 31/12/2023.

12.2. Movimentação do passivo de arrendamento:

Tabela de movimentação do passivo de arrendamento com colunas: Descrição, Controladora, Consolidado. Inclui sub-totais de 31/12/2022 e 31/12/2023.

12.3. Compromissos futuros:

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir.

Tabela com 3 colunas: IFRS 16, (-) AVP e 31/12/2023. Inclui valores para 5 anos.

12.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício:

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais impactos alcançam os valores de R\$50.255 (R\$47.263 em 31 de dezembro de 2022) e R\$49.193 (R\$49.829 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

13. Obrigações trabalhistas:

Tabela de obrigações trabalhistas com colunas: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outras obrigações.

14. Obrigações tributárias:

Tabela de obrigações tributárias com colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui IRRF a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher, Impostos retidos, IRPJ e CSLL.

14.1. Parcelamentos: 14.1.1. Composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de parcelamentos são representados por:

Tabela de parcelamentos com colunas: Encargos financeiros, 31/12/2023, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui REFIN (i), PERT (ii), FGTS (iii).

15. Partes relacionadas: 15.1. Controladoras:

Tabela de partes relacionadas com colunas: Ativo, Passivo, 31/12/2023, Resultado, Ativo, Passivo, 31/12/2022, Resultado. Inclui Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (i) e Unipê Patrimonial.

15.2. Consolidado:

Tabela de consolidado com colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Cíveis, Trabalhistas, Adições, Reversões, Pagamentos, Atualização monetária, Processos ex mantenedor.

15.3. Controladora:

Tabela de controladora com colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Cíveis, Trabalhistas, Adições, Reversões, Pagamentos, Atualização monetária, Processos ex mantenedor.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Consolidado

Tabela de balanço patrimonial com colunas: Cíveis, Tributários, Trabalhistas, Total, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Adições, Reversões, Pagamentos, Atualização monetária.

16.1. Processos cíveis com perda provável:

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisionado (consolidado) no montante de R\$5.049 em 31 de dezembro de 2023 (sendo R\$6.614 em 31 de dezembro de 2022). As ações que possuem risco provável, envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou recebimento de vícios nos serviços prestados de natureza técnica e operacional.

16.2. Processos tributários com perda provável:

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa tributária, não há ações com risco de perda provável, portanto, não há valores a serem provisionados em 31 de dezembro de 2023 (R\$28 em 31 de dezembro de 2022).

16.3. Processos trabalhistas com perda provável:

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, adicional de insalubridade e multa por demissão antes do dissídio coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$24.787 (R\$26.436 em 31 de dezembro de 2022).

16.4. Contingências sobre processos de ex mantenedor:

Parte dos processos da Companhia e das controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contra a concessão de descontos, cujas eventuais perdas processuais serão a serem suportadas por aqueles responsáveis.

Fato gerador e Indenizável

Tabela com 4 colunas: Consolidado, ex-proprietários, ex-proprietários (R\$), Indenizável. Inclui Processos cíveis, Processos trabalhistas.

16.5. Processos com perda possível:

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

Processos cíveis e tributários

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Processos cíveis, Processos tributários, Processos trabalhistas.

16.5.1. Processos cíveis com perda possível:

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2023 era de R\$22.630 (R\$22.225 em 31 de dezembro de 2022). Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar o do Centro Acadêmico Zilda Arns - CAZA, que atuou ação coletiva contra a Universidade Positivo em 2020, cujo valor apurado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$20.469 (R\$24.760 em 31 de dezembro de 2022).

16.5.2. Processos tributários com perda possível:

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$27.242 (R\$38.248 em 31 de dezembro de 2022), movidos por ex-funcionários contra a Companhia e suas controladas.

16.5.3. Processos trabalhistas com perda possível:

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$27.242 (R\$38.248 em 31 de dezembro de 2022).

16.6. Quantitativo de processos:

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Processos cíveis, Processos tributários, Processos trabalhistas.

16.7. Depósitos judiciais:

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Processos cíveis, Processos tributários, Processos trabalhistas.

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Controladora):

Operação e Risco

Tabela com 4 colunas: Operação, Risco, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Depêntures de caixa (Nota 5), Debêntures (Nota 11), Passivo de arrendamento (Nota 12), (i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Operação e Risco

Tabela com 4 colunas: Operação, Risco, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Equivalentes de caixa (Nota 5), Passivo de arrendamento (Nota 12), (i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

20.5. Risco de crédito:

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos. O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Principalmente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

20.6. Risco de liquidez:

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Controladora

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2023. Inclui Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total.

Passivos financeiros

Tabela com 4 colunas: Nota, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Inclui Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Consolidado

Tabela com 4 colunas: Consolidado, 31 de dezembro de 2023. Inclui Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total.

Passivos financeiros

Tabela com 4 colunas: Nota, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Inclui Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Controladora

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2022. Inclui Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total.

Passivos financeiros

Tabela com 4 colunas: Nota, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Inclui Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Consolidado

Tabela com 4 colunas: Consolidado, 31 de dezembro de 2022. Inclui Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total.

Passivos financeiros

Tabela com 4 colunas: Nota, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Inclui Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Controladora

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2021. Inclui Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total.

Passivos financeiros

Tabela com 4 colunas: Nota, Menos de 1 ano, Entre 2 e 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Inclui Adiantamento de clientes, Dividendos a pagar, Debêntures, Fornecedores, Obrigações tributárias, Obrigações por aquisição de participação societária, Passivos de arrendamento.

Dentre os depósitos realizados durante o período compreendido, destacam-se aqueles de natureza trabalhista, que versam sobre depósitos recursais, os quais, em caso de eventual condenação, poderão ser abatidos do valor total da condenação nos processos judiciais ajuizados contra a Controladora e suas controladas. 17. Obrigações por aquisições de participações societárias: 17.1. Composição:

Tabela de obrigações por aquisições de participações societárias com colunas: Modalidade, Encargos financeiros, Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Unipê, Positivo, Circulante, Não circulante.

17.2. Movimentação:

Tabela de movimentação com colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui (-) Saldo em 31/12/2021, (+) Juros apropriados, (-) Pagamentos de principal, (-) Pagamentos de juros, (+) Saldo em 31/12/2022, (+) Juros apropriados, (-) Saldo em 31/12/2023, Circulante, Não circulante.

18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social:

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$113.482 (R\$55.882 em 31 de dezembro de 2022), composto em ambos os exercícios por 2.262.398 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é apresentada a seguir.

Tabela de capital social com colunas: 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Ações, % Part., Ações, % Part. Inclui Cruzeiro do Sul Educacional S.A., Acionistas pessoa física.

18.2. Reserva legal:

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social. E constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica "Reserva legal" o valor de R\$15.032 (R\$10.251 em 31 de dezembro de 2022).

18.3. Reserva de retenção de lucros:

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2023, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$68.125 à reserva de retenção de lucros (R\$24.822 em 31 de dezembro de 2022). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica "Reservas de lucros" o valor de R\$149.422 (R\$76.516 em 31 de dezembro de 2022).

18.4. Dividendos:

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o montante de R\$22.709 (R\$8.274 em 31 de dezembro de 2022) a título de dividendos mínimos obrigatórios.

18.5. Reserva de Lucro líquido do exercício

A apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)

Tabela com 2 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Lucro líquido do exercício, Base para reserva legal, Base para dividendo mínimo obrigatório, Dividendo mínimo obrigatório - 25%, Destinação para reserva de retenção de lucros.

18.6. Resultado por ação:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emittidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

18.7. Lucro por ação (básico e diluído)

Lucro líquido do exercício dividido pelo número de ações ordinárias em circulação

Tabela com 2 colunas: 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Lucro líquido do exercício, Média ponderada da quantidade de ações ordinárias.

20.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:

Atividades da Companhia e/ou de suas controladas são expostas a diversos riscos de mercado (incluindo cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros e instrumentos de mercado. O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro futuro devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

20.2. Risco de taxa de juros:

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro futuro devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5, e sobre as debêntures estão mencionadas na Nota 11.

20.3. Sensibilidade à taxa de juros:

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 31 de dezembro de 2023, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco. Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a maioria dos nossos contratos. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de operação a partir de 31 de dezembro de 2023:

Tabela de sensibilidade com colunas: Variação, 25%, Variação, 50%. Inclui CDI 11,65%, IGPM (3,18%).

Controladora

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Passivo de arrendamento (Nota 12), (i) Total dividida bruta, (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), (=) Total dividida líquida.

20.8. Valor justo:

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG. • Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). É o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados como nível 1, 2 e 3. Classificação contábil:

Ativos - Custo amortizado

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Passivos de arrendamento (Nota 12), (i) Total dividida bruta, (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), (=) Total dividida líquida, Patrimônio líquido (Nota 18), Dívida líquida e patrimônio líquido.

20.9. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido:

A reconiliação da alíquota efetiva: A reconiliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Alíquota fiscal combinada, Imposto pela alíquota combinada, Principais adições e exclusões: Adições (exclusões) líquidas, base em constituição de diferido(i), Equivalência patrimonial, Adicional e PAT, Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui IRPJ e CSLL - Corrente, IRPJ e CSLL - Diferido, Outras diferenças temporárias do lucro real, Total tributos diferidos ativos, Tributos diferidos, líquidos, Consolidado.

Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Amortizações Mais-valia, Previsão de contingência, PECLD, Outras diferenças temporárias do lucro real, Total tributos diferidos ativos, Tributos diferidos, líquidos, Consolidado.

Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL

Tabela com 4 colunas: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022. Inclui Amortizações Mais-valia, Previsão de contingências, PECLD, Outras diferenças temporárias do lucro real, Total tributos diferidos ativos, Tributos diferidos, líquidos, Consolidado.

continua *

→* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

21.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos: Os saldos e a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos de ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, a seguir.

Controladora			31/12/2022		Efeitos no resultado		31/12/2023	
Ativo								
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL (i)		2.120		–		–		2.120
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		5.155		374		–		5.529
Amortizações Mais-valia (ii)		10.873		–		–		10.873
Provisão de contingência		1.077		(816)				261
PECLD		2.326		1.247				3.573
Outras diferenças temporárias do lucro real		2.733		(885)				1.848
Total tributos diferidos ativos		24.284		(80)				24.204
Tributos diferidos, líquidos		24.284		(80)				24.204
Consolidado								
Ativo								
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL (i)		13.291		(4.096)				9.195
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		12.214		573				12.787
Amortizações Mais-valia (ii)		12.000		–				12.000
Provisão de contingências		4.480		(2.188)				2.292
PECLD		6.762		3.460				10.222
Outras diferenças temporárias do lucro real		4.763		(715)				4.048
Total tributos diferidos ativos		53.510		(2.966)				50.544
Tributos diferidos, líquidos		53.510		(2.966)				50.544

(i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. (ii) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização de Mais-valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas. Os montantes a seguir foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

Descrição	31/12/2023	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	178.705	19.274
Base de cálculo negativa de CSLL	204.940	48.627
		31/12/2022
		Saldos disponíveis (i)
		Base utilizada p/IR/CS diferidos ativos
		31/12/2022
		Saldos disponíveis (i)
		Base utilizada p/IR/CS diferidos ativos
		31/12/2022
		31/12/2023
		Efeitos no resultado
		31/12/2023

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade e, diante dessa análise, não constitui ativos diferidos. **21.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização:**

Faixa de vencimento	Consolidado	
	Total em 31/12/2023	%
2024	11.747	23%
2025	2.830	6%
2026	4.037	8%
2027	5.216	10%
2028 em diante	26.714	53%
	50.544	100%

22. Receita líquida: A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta				
Cursos de graduação	1.473.420	1.164.845	2.518.684	2.015.639
Cursos de pós-graduação	12.220	11.317	28.771	31.383
Cursos técnicos e colégio	–	9	–	9
Outras receitas	2.951	1.852	6.473	4.247
	1.488.591	1.178.023	2.553.928	2.051.278
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(985.237)	(736.544)	(1.539.944)	(1.147.465)
Tributos	(14.928)	(12.759)	(33.687)	(30.924)
	(1.000.165)	(749.303)	(1.573.631)	(1.178.389)
Receita líquida	488.426	428.720	980.297	872.889

23. Custos e despesas por natureza:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(138.387)	(37.102)	–	(175.489)	(121.893)	(39.892)	–	(161.785)
Custos com parceria	(53.531)	–	–	(53.531)	(47.518)	–	–	(47.518)
Depreciação e amortização	–	(31.715)	–	(31.715)	–	(19.645)	–	(19.645)
Publicidade e propaganda	–	(27.495)	–	(27.495)	–	(16.041)	–	(16.041)
Depreciação do direito de uso	(23.370)	–	–	(23.370)	(22.353)	–	–	(22.353)
Despesas com PECLD (Nota 6)	–	(23.283)	–	(23.283)	–	(25.280)	–	(25.280)
Manutenção e reparos	(4.131)	(14.082)	–	(18.213)	(1.501)	(4.904)	–	(6.405)
Despesas com serviços de terceiros	(5.977)	(3.378)	–	(9.355)	(5.638)	(3.576)	–	(9.214)
Receitas com aluguéis	–	–	3.795	3.795	–	–	5.452	5.452
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(13.041)	(7.937)	780	(20.198)	(10.780)	(9.361)	506	(19.635)
	(238.437)	(144.992)	4.575	(378.854)	(209.683)	(118.699)	5.958	(322.424)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Aos Administradores e Acionistas SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
São Paulo, 28 de março de 2024

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador - CRC 1BA024501/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CEF4-EA08-8A5E-306A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CEF4-EA08-8A5E-306A



Hash do Documento

55C804389306C655B52EAE2A21DD6AD91E1D791D45D142E025CE7BB5E420AA9B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



SEQUIOA

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 07.599.101.0001-93

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Senhores Acionistas: Atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") submete à apreciação dos Senhores acionistas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. O Relatório da Administração, contendo o comentário sobre o desempenho, está disponível para consulta na sede da Companhia ou em nosso site: <https://ri.sequiolog.com.br/>.

Balanços patrimoniais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.238	113.796	30.045	119.350
Aplicações financeiras restritas		10.527	10.527	—	—
Contas a receber	6	152.774	234.222	222.862	35.222
Tributos a recuperar	7	34.534	41.353	57.633	70.277
Adiantamentos		3.839	15.875	4.633	18.723
Despesas antecipadas		5.732	5.092	8.856	6.973
Demais contas a receber		9.316	7.171	10.982	16.683
Total do ativo circulante		229.433	427.533	333.835	590.655
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	5	—	36.883	—	36.883
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8,7	—	—	6.232	35.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	207.821	90.103	240.729	112.843
Partes relacionadas	22	15.354	13.611	1.843	—
Depósitos judiciais		2.929	397	16.920	11.609
Demais contas a receber		9.084	9.049	6.084	9.049
Opções de compra de investimento	8,5	8.000	8.000	—	—
Investimentos	8	373.771	595.932	4.046	32.939
Imobilizado		9.789	88.769	117.369	141.635
Intangível	10	176.749	193.842	630.672	693.453
Direito de uso	12	194.962	256.310	203.402	318.401
Total do ativo não circulante		1.056.596	1.284.896	1.227.297	1.392.196

Balanços patrimoniais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13,1	109.751	153.431	140.273	182.407
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11,1	261.621	30.399	269.577	20.505
Instrumentos financeiros derivativos	11,2	2.019	39.374	2.019	—
Passivo de arrendamento	12	55.404	51.262	62.038	81.189
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	121.109	83.844	238.281	149.100
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8,6	1.575	4.465	4.622	31.254
Outros passivos	13,2	4.221	19.982	45.155	12.541
Total do passivo circulante		623.990	382.757	791.939	516.640
Não circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13,1	8.381	—	10.299	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11,1	184.191	488.530	184.191	489.660
Passivo de arrendamento	12	195.805	249.677	201.688	288.185
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	5	—	—	—	10.212
Partes relacionadas	22	97.980	58.893	—	—
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	39.831	5.554	57.678	39.468
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8,6	1.638	14.237	17.211	21.622
Provisão para perda com investimento	15	16.947	—	180.560	109.401
Provisão para perda com investimento	8	—	7.197	—	6.122
Outros passivos	13,2	—	—	—	152
Total do passivo não circulante		544.773	831.344	651.627	984.822
Total do passivo		1.168.763	1.214.101	1.443.566	1.501.462

Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures conversíveis	Total
653.872	(24.247)	—	3.556	9.969	(42.319)	600.831
—	—	—	—	—	—	(106.872)
1.777	—	—	—	—	—	1.777
—	—	—	2.592	—	—	2.592
655.649	(24.247)	—	6.148	9.969	(149.191)	498.328
—	—	—	—	—	—	(822.222)
100.169	(111)	—	—	—	—	100.058
—	—	—	—	—	—	2.077
159.337	(44.959)	—	—	—	—	(116.599)
915.155	(69.317)	—	8.225	9.969	(971.413)	224.947

Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures conversíveis	Total
16,1	915.155	655.649	915.155	655.649	915.155	24.247
16,1	(69.317)	(24.247)	(69.317)	(24.247)	(69.317)	6.148
16,3	8.225	6.148	8.225	6.148	8.225	9.969
16,2	9.969	9.969	9.969	9.969	9.969	—
	224.947	—	224.947	—	—	(971.413)
	(971.413)	(149.191)	(971.413)	(149.191)	(149.191)	117.566
	117.566	498.328	117.566	498.328	—	—

Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures conversíveis	Total
653.872	(24.247)	—	3.556	9.969	(42.319)	600.831
—	—	—	—	—	—	(106.872)
1.777	—	—	—	—	—	1.777
—	—	—	2.592	—	—	2.592
655.649	(24.247)	—	6.148	9.969	(149.191)	498.328
—	—	—	—	—	—	(822.222)
100.169	(111)	—	—	—	—	100.058
—	—	—	—	—	—	2.077
159.337	(44.959)	—	—	—	—	(116.599)
915.155	(69.317)	—	8.225	9.969	(971.413)	224.947

Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures conversíveis	Total
16,1	915.155	655.649	915.155	655.649	915.155	24.247
16,1	(69.317)	(24.247)	(69.317)	(24.247)	(69.317)	6.148
16,3	8.225	6.148	8.225	6.148	8.225	9.969
16,2	9.969	9.969	9.969	9.969	9.969	—
	224.947	—	224.947	—	—	(971.413)
	(971.413)	(149.191)	(971.413)	(149.191)	(149.191)	117.566
	117.566	498.328	117.566	498.328	—	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações sobre a Companhia: A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bomfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo, Brasil. Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística "indoor e outdoor", consolidação e fracionamento, gestão operacional de armazém ("fulfillment"), transporte rodoviário e entregas urbanas para clientes de diversos setores. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2024. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*. 2.2. **Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R\$"). As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelo (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) o valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2019, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e não foram utilizadas as informações da administração na sua gestão. A Administração avaliou a representatividade da Companhia em contrair operações. A Companhia apresenta um prejuízo acumulado de R\$971.413 em 31 de dezembro de 2023 e, naquele data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R\$394.257 e R\$458.104, respectivamente, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Companhia estruturou um plano de negócios e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados e atuou junto aos credores visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras: i) Waiver para não pagamento de juros remuneratórios das debêntures; ii) Waiver para não pagamento do valor nominal unitário das debêntures; iii) Waiver para não medição dos convênios das debêntures; iv) Reestruturação da 3ª emissão de debêntures; v) 4º, 5º e 6º emissão de debêntures; vi) Venda de ativos; vii) Reestruturação das dívidas bancárias; viii) Aquisição da Move3. A seguir detalhamos os itens acima: Na AGD ocorrida em 4 de outubro de 2023, foi aprovada a concessão de Waiver para não pagamentos das parcelas de Remuneração e Valor Nominal Unitário e não medição de eventual descumprimento dos convênios no período de outubro de 2023 a dezembro de 2025. Ainda, nessa mesma AGD, alterou-se a remuneração para 100% do CDI e a data de vencimento para 10 de novembro de 2023. Em reunião realizada em 2023, a Companhia encontra-se em processo de negociação com os credores dos empréstimos de capital de giro de forma a reatuar os termos e condições dos contratos vigentes. Conforme nota 2, a aquisição da Move3 contribuirá para que a Companhia possa incrementar patamares de receitas, além de ganhos de sinergias em custos e despesas. Visando a redução do prejuízo, a Companhia identificou clientes e operações que não estavam contribuindo com a melhoria na performance e deixou de prestar serviços a esses, como no caso dos clientes que operam com a linha "Pesados". Ainda, revisou os contratos com fornecedores e prestadores de serviços e revisou a estrutura administrativa para fazer frente ao novo cenário. A concessão de Waiver para não pagamento de juros e o não reconhecimento das despesas em demonstrações financeiras, contudo, algumas negociações ainda se encontram em andamento até a data de emissão dessas demonstrações financeiras e, ao completar essas ações, a Companhia acredita que irá voltar a operar com margem bruta positiva e agregando valor ao resultado. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém exposição ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. O resultado das demonstrações financeiras é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme a todas as controladas. Todos os ativos e passivos são apresentados em demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. As demonstrações financeiras individuais consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas da seguinte forma:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2023	2022
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a) Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Lithium Software Ltda. ("Frenet")	(b) Plataforma digital	Brasil	100%	100%
SF 350 Ltda. ("SFX")	(c) Intermediação	Brasil	100%	100%
Sequoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Sequoia")	(d) Fundo de investimento	Brasil	47%	47%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. (b) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021. (c) SFX foi constituída em 8 de agosto de 2021 e está sob o controle das suas controladas desde a data de aquisição regulamentada a partir de 22 de março de 2022 e finalizado em 2 de dezembro de 2023. A Companhia não possui controle sobre as seguintes empresas nas quais possui participação societária e, portanto, as mesmas são apresentadas no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação indireta

Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
		2023	2022
GHSX Tecnologia e Intermediação ("Drops")	(e) Intermediação	Brasil	51%
Lincros Soluções de Logística ("Lincros")	(f) Plataforma digital	Brasil	41%

(e) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado. (f) Participação societária na Lincros com controle compartilhado adquirida em 11 de novembro de 2021 e vendida em 17 de novembro de 2023. **4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas. Práticas contábeis de transações consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis não foram aplicadas de modo uniforme no exercício quando os critérios consistentes com os exercícios anteriores não foram aplicados. As estimativas e os julgamentos contábeis são necessários, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para atender este critério. **4.1. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Um passivo é classificado como não circulante, um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **4.2. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui um único cliente que representa mais de 10% da receita bruta. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte. **4.3. Pronunciamentos novos e revisados:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia não foi impactada por nenhuma alteração de normas contábeis recentemente emitidas que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As novas normas ou alterações descritas a seguir não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Definição de estimativas - Alteração ao IAS 8; • Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alteração ao IAS 12; • Reforma tributária internacional - Regra do modelo do Pilar Dois - Alteração ao IAS 12. As seguintes alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras: • Divulgação de políticas contábeis - Alteração do IAS 8; IFRS Practice Statement 2, 4 e 4.1. **Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais:** As estimativas e os julgamentos contábeis são comumente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nos hipóteses em que a Companhia e suas controladas não têm uma expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O teste de imparidade ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta utilização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na realização do ativo

nas atividades da Companhia e suas controladas. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores financeiros de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa as quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados pelo valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa as quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados pelo valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa as quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados pelo valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa as quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados pelo valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

o ativo possua presente perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora

Jornal O DIA SP

★ continuação

Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pré-fixados. Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos, obrigações com quotas do FIDC Sequoia e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo. Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos dos seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. Operações com instrumentos financeiros: Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de equity swap, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022. Esse contrato foi classificado como instrumentos financeiros derivativos e reconhecido inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente mensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro. Os contratos de swaps firmados no âmbito do equity swap possuem o valor nominal indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague um taxa pré-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3. O valor justo dos contratos de swap foi calculado considerando os índices divulgados pela Bm&F/Bovessa S.A., os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação. Análise de sensibilidade: A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indicadores foram definidos três cenários diferentes. Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%, adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

consolidadas da SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:
31 de dezembro de 2023
Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Investida, participação, % de capital votante, Ativo Passivo, Patrimônio líquido, Receita líquida, Lucro líquido (prejuízo) do período. Rows include Drops, Lincros and 8.4. Contas a pagar por aquisição de investimentos.

Table with columns: Investida, participação, % de capital votante, Ativo Passivo, Patrimônio líquido, Receita líquida, Lucro líquido (prejuízo) do período. Rows include Drops, Lincros and 8.4. Contas a pagar por aquisição de investimentos.

8.4. Contas a pagar por aquisição de investimentos: O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis. A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

9. Imobilização: O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfizer os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfizes os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incidir. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

1) CDI divulgado pela CETIP 5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis ou o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R\$7.543, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado. (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Pilmor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R\$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) O acordo de aquisição da Pilmor considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R\$7.543, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado. (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Pilmor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R\$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) O acordo de aquisição da Pilmor considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R\$7.543, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado. (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Pilmor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R\$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos Bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e é liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotas no FIDC Sequoia".

Table with columns: Adquirida, 2021, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023, 2022, 2023. Rows include Yep, Lótus, Nowlog, Transportadora Americana, Direcional, Frenet (a), Pilmor (b), Lincros.

Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel. Rows include Vida útil, Período de amortização, Método de amortização utilizado, Gerados internamente ou adquiridos.

Software: As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos. Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios: O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio. A movimentação pode ser assim apresentada:

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel, Total. Rows include Custo, Em 1º de janeiro de 2022, Adições, Em 31 de dezembro de 2022, Baixas, Amortização.

Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel, Total. Rows include Custo, Em 1º de janeiro de 2022, Adições, Em 31 de dezembro de 2022, Baixas, Amortização.

Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel, Total. Rows include Custo, Em 1º de janeiro de 2022, Adições, Em 31 de dezembro de 2022, Baixas, Amortização.

Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel, Total. Rows include Custo, Em 1º de janeiro de 2022, Adições, Em 31 de dezembro de 2022, Baixas, Amortização.

Software e outros - Ágio - Carteira de Clientes - Cláusula de não concorrência - Mais valia do imóvel

Table with columns: Software e outros, Ágio, Carteira de Clientes, Cláusula de não concorrência, Mais valia do imóvel, Total. Rows include Custo, Em 1º de janeiro de 2022, Adições, Em 31 de dezembro de 2022, Baixas, Amortização.

*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo nominal	340.305	421.013	354.123	501.977
(- Juros embutidos)	(89.096)	(120.074)	(90.075)	(132.607)
	251.209	300.939	264.048	369.370
Passivo circulante	55.404	51.262	62.038	81.189
Passivo não circulante	195.805	249.677	201.689	288.185

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24. Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2025	39.443	43.264	39.443	43.264
2026	35.421	35.421	35.421	35.421
2027	32.368	32.368	32.368	32.368
2028	24.881	24.881	24.881	24.881
De 2029 em diante	63.490	63.490	63.490	63.490
	195.805	201.869	195.805	201.869

Taxa incremental: Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos. A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	10,97%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção da reconhecida de arrendamento de longo prazo para arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja superior a 12 meses e cujo valor de arrendamento não seja superior a 5% do balanço patrimonial líquido da entidade no início do contrato. **13. Fornecedores e Outros passivos:** 13.1. **Fornecedores e operações de risco sacado:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	86.689	34.151	116.835	41.054
Risco sacado (a)	31.444	114.135	33.736	141.353
	118.132	148.286	150.571	182.407
Passivo circulante	103.770	148.286	104.272	182.407
Passivo não circulante	8.381	-	10.299	-

(a) A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores de fretes a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Companhia ampliou sua oferta para fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros. Apesar do aumento do volume disponibilizado a Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração de riscos e condições anteriormente estabelecidas quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

13.2. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para custos e perdas operacionais (a)	21.710	19.083	24.312	11.694
Contas a pagar conversíveis (b)	20.000	-	20.000	-
Provisão de bônus e participação nos lucros	-	755	-	755
Provisão para benefícios a funcionários	501	144	843	144
	42.211	19.982	45.155	12.593
Passivo circulante	42.211	19.982	45.155	12.441
Passivo não circulante	-	-	-	152

(a) Trata-se de provisões que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração e estão tercio o valor aprovado após a conclusão da prestação. 14. **Obrigações trabalhistas e tributárias:** Os salários e benefícios concedidos aos empregados e administradores são reconhecidos na época de remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remuneração variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	3.912	5.848	7.256	11.624
Provisão para férias e 13º salário	10.595	14.701	14.345	19.517
Encargos sociais sobre o ativo de baixo valor	21.671	9.899	31.722	14.509
Impostos federais sobre a receita	47.974	40.125	120.672	56.188
Impostos federais sobre serviços de terceiros	9.569	4.576	25.331	6.444
IRPJ e CSLL	8.614	4.979	11.087	6.961
Processos trabalhistas a pagar	260	93	899	948
Parcelamento dos impostos (a)	58.355	9.177	84.644	65.021
	160.940	89.396	295.959	188.558
Circulante	123.931	83.844	238.063	167.412
Não circulante	39.831	5.554	57.678	39.468

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos estaduais e federais que foram homologados no pagamento da primeira parcela. As controladas já haviam aderido a planos de parcelamentos tributários ordinários e simplificados antes da aquisição pela Companhia. A abertura do saldo por esfera pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Federal	35.500	6.233	51.897	51.705
Estadual	21.758	2.944	31.501	10.348
Municipal	1.097	-	1.264	2.968
	58.355	9.177	84.644	65.021

15. Provisões para demandas judiciais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perdas prováveis	15.582	3.991	174.309	33.961
Passivos contingentes	1.385	3.265	6.251	75.440
	16.947	7.256	180.560	109.401

15.1. Perdas prováveis: A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera a prática histórica (condenações e acordos homologados) e a totalidade das ações em andamento, independente da existência de provisão para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	4.577	600	-	5.177
Pagamento de processos	(2.828)	-	-	(2.828)
Complemento/(reversão) de provisão	1.422	220	-	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.171	820	-	3.991
Pagamento de processos	(1.785)	-	-	(1.785)
Complemento/(reversão) de provisão	9.559	2.830	967	13.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.945	3.650	967	15.562

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.171	820	-	3.991
Pagamento de processos	(7.828)	-	-	(7.828)
Complemento/(reversão) de provisão	(582)	5.407	5.311	10.136
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.440	19.570	6.951	33.961
Pagamento de processos	(3.406)	-	-	(3.421)
Complemento/(reversão) de provisão	14.829	(916)	129.841	143.769
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.863	18.654	136.792	174.309

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações: **Provisões Trabalhistas:** A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, são partes em processos de reclamações trabalhistas movidas (1.140 em 31 de dezembro de 2023) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. **Provisões Cíveis:** Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por danos materiais e danos morais por produtos e serviços. **Provisões Tributárias:** As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS.

15.2. Passivos contingentes: Mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, de acordo com CPC 15 - Combinação de Negócios. A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos possíveis oriundos do processo de aquisição das adquiridas apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	11.532	11.532
Prescrição	-	-	(8.267)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	3.265	3.265
Prescrição	-	-	(1.885)	(1.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	1.385	1.385

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	13.541	6.456	144.409	164.406
Prescrição	(10.523)	(724)	(77.719)	(88.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.018	5.732	66.690	75.440
Prescrição	(3.018)	(867)	(65.305)	(69.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.865	3.865	1.385	10.115

15.3. Perdas possíveis: A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	92.570	9.144	138.469	26.207
Outros processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por danos materiais e danos morais por produtos e serviços. 16. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$915.155 (R\$655.649 em 31 de dezembro de 2022), composto por 351.837.605 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (140.287.686 em 2022), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:				

	Ações		Participação	
	2023	2022	2023	2022
Ações em administração	15.975.493	15.975.493	6,54%	6,54%
Ações em circulação	335.861.697	335.861.697	95,46%	95,46%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	351.837.605	351.837.605	100%	100%

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	RS		Ações	
	2023	2022	2023	2022
23 de janeiro de 2023 (a)	478	265.941	-	-
6 de fevereiro de 2023 (a)	-	55	30.890	-
15 de abril de 2023 (a)	-	-	193.496	-
5 de julho de 2023 (b)	-	99.425	66.283.420	-
14 de novembro de 2023 (c)	-	137.176	124.705.664	-
14 de dezembro de 2023 (c)	-	22.161	20.146.508	-
	-	259.506	211.549.919	-

(a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. (b) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, conforme deliberação aprovada em 24 de abril de 2023. (c) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão da 4ª emissão de debêntures mandatoriatamente conversíveis em ações, conforme nota 16.4. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos dos custos das despesas legais e regulatórias aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequados. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no

→* continuação

tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura:** A Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$487.534 mil e está divulgado na Nota 10 das demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro; (ii) envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados; (iii) verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota 10.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização de impostos de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota 21. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$207.821mil e R\$240.729mil controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse item foi considerado principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela diretoria, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela diretoria com os dados históricos de estimativas passadas com as efetivas realizações das mesmas; (ii) avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura; (iii) avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota Explicativa. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita operacional líquida:** Conforme mencionado na Nota 17 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece a receita operacional líquida na prestação de serviços com base nas obrigações de performance previstas nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas, conforme definido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na identificação da conclusão das obrigações de performance verificada quando da finalização da prestação dos serviços formalizados no contrato e que é realizada com base na entrega dos serviços que estão formalizados em contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento da receita nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo valores faturados e provisão dos valores a faturar; (ii) análise das faturas ou pré-faturas emitidas para identificar as relações dos serviços prestados; e (iii) aceite do cliente sobre os serviços prestados e obrigações de performance satisfetidas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita operacional líquida de prestação de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os

responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya
Contador - CRC-DF015801/O



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DA09-86F2-FCB6-552A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DA09-86F2-FCB6-552A



Hash do Documento

1D4EC3274FF7FDA90E7B7A959A0BE40971A2F84AC2FB4FA5166CCD2ADBE79924

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Serra Pará Participações S.A. - CNPJ/ME Nº 22.902.631/0001-39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial					Demonstração dos resultados					Demonstração das mutações do patrimônio líquido										
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				Reservas de Lucros						
		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		
Ativo	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Circulante		4.868	3.501	121.198	89.128															
Outras a equivalente de caixa	2.2.2	1.881	1.881	13.181	73.444															
Contas a receber	2.2.4	—	—	—	13.181	10.999														
Dividendos a receber - Partes relacionadas	5.1	4.549	3.148	—	—	—														
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	—	—	145	96	—														
Outros ativos	—	138	130	6.396	4.589	—														
Não circulante		318.502	303.898	402.388	421.372															
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	—	—	14.559	17.567	—														
Outros ativos	2.3.3	318.502	303.898	64	—	—														
Investimentos	2.3.1	—	—	384.002	399.818	—														
Imobilizado	2.3.1	—	—	37.73	3.987	—														
Intangível	2.3.2	—	—	3.773	3.987	—														
Total do ativo		323.370	307.399	523.586	510.500															
Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Circulante		4.551	3.161	30.501	27.143															
Fornecedores	2.2.5	9	7	4.747	4.877	—														
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	—	—	17.968	17.501	—														
Obrigações fiscais e trabalhistas	—	—	—	2.221	1.380	—														
Pensões e previdências	—	—	—	2.281	2.281	—														
Dividendos a receber	5.1	4.542	3.152	4.542	3.152	—														
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	—	—	183	197	—														
Passivos de arrendamentos	2.2.7	—	—	28	36	—														
Não circulante		—	—	174.266	179.119															
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	—	—	147.119	159.405	—														
Penalidades contratuais	2.2.8	—	—	12.031	8.208	—														
Provisões fiscais	—	—	—	642	634	—														
Passivo de arrendamentos	2.2.7	—	—	12.968	10.872	—														
Outras provisões pela desmobilização de ativos	—	—	—	906	2	—														
Total passivo		4.551	3.161	204.767	206.262															
Patrimônio líquido		2.4	318.819	304.238	318.819	304.238														
Capital social	—	—	—	263.044	263.044	263.044														
Reserva de lucro	—	—	—	55.775	41.194	55.775	41.194													
Total do passivo e patrimônio líquido		323.370	307.399	523.586	510.500															

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023

1. Contexto e mudanças significativas: Esta seção prevê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais: A Serra Pará Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15/06/2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III, Vila Amazonas V. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o modelo de demonstrações financeiras adotado pela Companhia em 31/12/2023, com base no modelo de demonstrações financeiras adotado pela Companhia em 31/12/2023.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Desse modo, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Esta demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2. Principais informações financeiras: Esta seção prevê informações detalhadas das demonstrações financeiras sob as seguintes rubricas. 2.1 Resultado do exercício. 2.1.1 Receita operacional. 2.1.1(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida

2.1.1(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida

Vila Amazonas V

Receita bruta de fornecimento - CCEAR 19.040 17.090

Receita bruta de fornecimento - ACL 3.388 3.250

Receita bruta de fornecimento - ACL - Parte relacionada 262 164

Receita bruta de fornecimento - CCEE 65 293

Receita Bruta de fornecimento - Geração própria 14 37

Certificado de Energia Renovável (CRE) - Parte relacionada 7 3

Certificado de Energia Renovável (REC) - Parte relacionada 83

22.822 21.824

Vila Pará I

Receita bruta de fornecimento - CCEAR 21.164 19.986

Receita bruta de fornecimento - ACL 2.599 2.451

Receita bruta de fornecimento - CCEE 55 482

Receita Bruta de fornecimento - Geração própria 13 36

Receita Bruta de fornecimento - Parte relacionada 294 184

Certificado de Energia Renovável (REC) - Parte relacionada 38 47

Certificado de Energia Renovável - IREC - Parte relacionada 24.163 23.216

Vila Pará II

Receita bruta de fornecimento - CCEAR 19.263 18.192

Receita bruta de fornecimento - ACL 1.792 1.657

Receita bruta de fornecimento - ACL - Partes relacionadas 265 165

Receita bruta de fornecimento - CCEE 25 137

Receita Bruta de fornecimento - Geração própria 16 33

Certificado de Energia Renovável (IREC) - Partes relacionadas 33 44

Certificado de Energia Renovável (REC) 21.394 21.492

Vila Pará III

Receita bruta de fornecimento - CCEAR 19.050 17.991

Receita bruta de fornecimento - ACL 1.623 1.528

Receita bruta de fornecimento - ACL - Partes relacionadas 262 164

Receita bruta de fornecimento - CCEE 39 192

Receita Bruta de fornecimento - Geração própria 13 34

Certificado de Energia Renovável (IREC) 34

Certificado de Energia Renovável (IREC) - Partes relacionadas 21.021 20.950

Ressarcimento (Penalidades) - CCEE

Vila Amazonas V (2.396) (1.736)

Vila Pará I (2.252) (1.903)

Vila Pará II (170) (2.366)

Vila Pará III (757) (667)

3.074 (2.895)**Total Receita Operacional Líquida** 81.238 75.416

2.1.1(b) Outras receitas operacionais

Consolidado 2023

Vila Vila Vila Vila

Amazonas V Pará Pará III Total

Outras receitas operacionais 948 380 1.195 210 2.733

Tributos sobre receita — — — — —

Outras receitas operacionais, líquida 948 380 1.195 210 2.733**Consolidado** 2022

Vila Vila Vila Vila

Amazonas V Pará Pará III Total

Outras receitas operacionais 310 50 159 533 1.052

Tributos sobre receita (11) (1) (6) (18) (36)

Outras receitas operacionais, líquida 299 49 153 515 1.016

2.2.6 Empréstimos e financiamentos. 2.2.6(a) Composição de saldos

Financiamentos Encargos financeiros incorridos

BNDES TJLP + 2,45% a.a. Real 09/01/2017 - 15/06/2033 38.566 41.340

BNDES TJLP + 2,45% a.a. Real 09/01/2017 - 15/06/2033 46.065 49.329

BNDES TJLP + 2,45% a.a. Real 09/01/2017 - 15/06/2033 40.182 43.667

BNDES TJLP + 2,45% a.a. Real 09/01/2017 - 15/06/2033 40.274 43.170

Total não circulante 17.968 17.501**Total não circulante** 147.119 159.405

2.1.2 Custos e despesas por natureza

Controladora

2023 **Despesas administrativas** **2022**

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Custos tratativas Custos tratativas

Despesas administrativas gerais (12) (21)

Serviços de terceiros (45) (18)

Consolidado **2023** **Despesas administrativas** **2022**

Serra Pará Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 22.902.631/0001-39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

finals de valorização dos empréstimos e financiamento: Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na previsão de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2022 e 2021, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				
	Entre de menos um ano	Entre dois e cinco anos	Entre seis e dez anos	Entre mais de dez anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/2023					
Fornecedores	9	-	-	-	9
Dividendos - Partes relacionadas	4.542	-	-	-	4.542
Em 31/12/2022					
Fornecedores	7	-	-	-	7
Dividendos - Partes relacionadas	3.152	-	-	-	3.152
	Consolidado				
	Entre de menos um ano	Entre dois e cinco anos	Entre seis e dez anos	Entre mais de dez anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/2023					
Fornecedores	4.747	-	-	-	4.747
Empréstimos e financiamentos	17.968	17.307	51.924	77.888	165.087
Penalidades Contratuais	772	12.631	-	-	13.403
Dividendos - Partes relacionadas	4.542	-	-	-	4.542
Contas a pagar - Partes relacionadas	183	-	-	-	183
Passivos de Arrendamentos	28	56	112	12.800	12.996
Em 31/12/2022					
Fornecedores	4.877	-	-	-	4.877
Empréstimos e financiamentos	17.501	16.296	48.885	94.224	176.906
Penalidades Contratuais	772	8.208	-	-	8.208
Dividendos - Partes relacionadas	3.152	-	-	-	3.152
Contas a pagar - Partes relacionadas	197	-	-	-	197
Passivos de Arrendamentos	36	72	144	10.656	10.908

4. Itens não reconhecidos: Esta seção prevê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. **4.1 Contingências. 4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou civis.

5. Outras informações: Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outras normas contábeis. **5.1 Transações com partes relacionadas:** A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Vóllia como segue.

	Controladora			
	Ativo Dividendos	Passivo dividendos	Ativo Dividendos	Passivo dividendos
Em 31/12/2023				
Serra Pará Participações S.A.	4.549	-	3.148	-
Vóllia Energia do Brasil Ltda	-	4.439	-	3.080
Total circulante	4.549	4.439	3.148	3.152
Total	4.549	4.542	3.148	3.152
	Consolidado			
Em 31/12/2023				
Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
145	74	-	1.083	(801)
-	44	-	-	(589)
-	65	103	-	(1.917)
-	-	4.439	-	-
145	183	4.542	1.083	(801)
145	183	4.542	1.083	(801)
	Consolidado			
Em 31/12/2022				
Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
-	-	3.080	892	(459)
96	37	-	-	(541)
-	44	-	-	(1.750)
-	116	72	-	-
96	197	3.152	892	(2.291)
96	197	3.152	892	(2.291)

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Seguros Vigentes para o Complexo de SPA			Valor em Risco
Ramo	Vigência/Seguradora	Garantia	
Amazonas V	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE	172.225	
Vila Pará I	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE	190.279	
Vila Pará II	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE	170.836	
Vila Pará III	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE	170.303	
Amazonas V	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	30.000	
Vila Pará I	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	30.000	
Vila Pará II	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	30.000	
Vila Pará III	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA Seguros	30.000	

6. Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. **6.2 Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais

pelos métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: • Benefiteiros em imóveis de terceiros - 5 a 15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veículos - 5 anos. • Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos. • Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. • Instalações - 10 anos. • Turbinas Eólicas - 32 anos (2022 - 25 anos). O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. **Desmobilização:** As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmontagem utilizando a premisa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento. **6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e **impairment.** A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os **softwares** corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de **softwares** são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. **6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados:** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados

internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. **6.3.3 Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados com as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **6.4 Redução ao valor recuperável ("Impairment"). 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. **6.4.2 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação do balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de que os valores contábeis excedam o valor recuperável do ativo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perdas nas ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, civis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. **6.7 Tributação. 6.7.1 Tributos sobre a receita operacional:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%; • Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e • Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como créditos de receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras são apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício. **6.7.2 Tributos sobre o lucro. Impostos correntes:** O lucro tributável e o lucro tributável são calculados com base nas bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta respectivamente. Para a receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de impostos diferidos judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, civis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva. **6.8 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal reconhecida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **6.9 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **6.10 Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a

valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **6.11 Passivo de arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financeiras para ativos destas classes, líquido de inflação. **6.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente:** As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2023 foram as seguintes: **IFRS 17 "Contratos de Seguro":** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 10 - Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, danos eleitorais, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitam, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. **Alterações ao IAS 8 "Definição de Estimativas Contábeis":** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas contábeis, mensuração e estimativa) alteram a metodologia de estimativa e as mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement "Divulgação de Políticas Contábeis":** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 28 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo a metodologia de estimativa para divulgação de informações significativas por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Alterações ao IAS 12 imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos Operacionais de uma Simples Transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Alterações ao IAS 12 "Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (R1)":** A aprovação do IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para as entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. No caso de normativas identificadas impactando materiais na adoção dos pronunciamentos, **6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023 e devem ser aplicadas pretendo adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16 "Passivo de Locação em um Sale and Leaseback":** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconhea qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas prospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. **Alterações ao IAS 1 "Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante":** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 "Acordos de financiamento de fornecedores":** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 04 (R1) - Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a legislação, omitir ou representar falsas informações. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2024

Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8
Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE19775/O-9 T-RJ

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0BB3-A447-0C57-580E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0BB3-A447-0C57-580E



Hash do Documento

946488BD6F61531FE8AA2E5AA0C9B0CDE0119DDC336D01843165B4744A049B14

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8D64-9B1F-D174-39AA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8D64-9B1F-D174-39AA



Hash do Documento

A6F98BE5B81361C5AB15990A5CE33834B62006698215D196AEBE91247EB463D7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



JORNAL O DIA SP

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
BALANÇOS PATRIMONIAIS				
Ativo	Notas	31/12/23	31/12/22	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	64	39	
Impostos a recuperar	4	63	43	
Partes Relacionadas	7*	5	128	
Total do ativo circulante		132	128	
Ativo não circulante				
Investimentos	6	12	7	
Total do ativo não circulante		12	7	
Total do ativo		140	135	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Notas 31/12/23 31/12/22				
Receita bruta				
Receta líquida	11	173	77	
Custo dos serviços prestados	12	(32)	-	
Lucro / (Prejuízo) bruto		141	77	
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	13	(56)	(35)	
Despesas tributárias	14	(43)	(1)	
Resultados financeiros		(99)	(36)	
Resultado operacional		42	41	
Receitas financeiras	15.1	159	-	
Despesas financeiras	15.2	(124)	-	
Resultado financeiro		35	5	

1. Contexto operacional: A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03/07/2020. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); (ii) A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 26/10/2022 foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Durante o exercício findo em 31/12/2023, foram integralizadas 14 séries de debêntures, que totalizam 04 patrimônios separados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais:				
Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	04*	1	27/04/2023	95.000
DEB	04*	2	27/04/2023	5.000
DEB	05*	1	17/11/2023	640.000
DEB	05*	2	17/11/2023	800.000
DEB	05*	3	17/11/2023	800.000
DEB	05*	4	17/11/2023	560.000
DEB	05*	5	17/11/2023	1.200.000
DEB	06*	1	15/12/2023	200.000
DEB	06*	2	15/12/2023	12.000
DEB	07*	1	26/12/2023	1.700.000
DEB	07*	2	26/12/2023	800.000
DEB	07*	3	26/12/2023	700.000
DEB	07*	4	26/12/2023	300.000
DEB	07*	5	26/12/2023	1.500.000

abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em Leasing Back (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento com fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Resultado do exercício				
Resultado abrangente do exercício	31/12/23	31/12/22		
Resultado abrangente do exercício	50	32		

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral				
Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	31/12/23	31/12/22
Saldos em 31/12/21	40	41		
Resultado do exercício	10	10		
Constituição de reservas de lucros	32	(32)		
Saldos em 31/12/22	82	19		
Resultado do exercício	10	10		
Constituição de reservas de lucros	50	(50)		
Saldos em 31/12/23	142	79		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
31/12/23 31/12/22				
Atividades operacionais	Resultado do exercício	50	32	
Aumento/(redução) no ativo:	Impostos a recuperar	(20)	3	
Partes relacionadas		(1)	1	
Aumento/(redução) no passivo:	Contas a pagar	(7)	7	
Obrigações tributárias		8	3	
Outras obrigações		-	(35)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais		30	(312)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(5)	(7)	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(5)	(7)	
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25	358	
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39	39	
Resultado do exercício		25	(319)	

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
31/12/23 31/12/22				
Receitas		192	77	
Insunhos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(32)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56)	(35)		
Valor adicionado bruto	104	42		
Obrigações e amortizações				
Valor adicionado líquido produzido	104	42		
Receitas financeiras	159	19		
Valor adicionado recebido em transferência	159	19		
Valor adicionado total a distribuir	263	42		
Impostos Taxas e Contribuições	89	10		
Impostos e contribuições	89	10		
Remuneração do Capital de Terceiros	124	14		
Remuneração do Capital Próprio	50	32		
Resultado do exercício	50	32		
Valor total adicionado	263	42		

Razão Social		CNPJ	Preço Aquisição em Reais - R\$	2023	2022
Superim Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.		35.881.094/0001-30	500	500	
Travessia Mpt 18 Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.		38.028.620/0001-01	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xiv S.A.		47.965.456/0001-50	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xv S.A.		45.741.898/0001-97	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xvi S.A.		38.419.815/0001-82	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros X S.A.		37.901.961/0001-87	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xi S.A.		37.763.835/0001-03	500	500	
Travessia & Delta Securitizadora de Créditos Financeiros Xvii S.A.		41.719.223/0001-90	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Vii S.A.		44.379.280/0001-66	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.		41.719.231/0001-37	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Viii S.A.		36.699.663/0001-93	500	500	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS				
1. Imposição de renda e contribuição social:				
Descrição	31/12/23	31/12/22		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	77	41		
Adição	36			
(1) Compensações de prejuízos fiscais				
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	113	29		
Taxa efetiva sobre impostos	2%	2%		
(2) Imposto de renda e contribuição social	(27)	(9)		
9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31/12/2023 é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31/12/2023 o capital social estava totalmente inte-				

o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS				
Adicionado (DVA): Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação e conteúdo são registrados em nosso Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar				
Superim Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	35.881.094/0001-30	500	500	
Travessia Mpt 18 Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	38.028.620/0001-01	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xiv S.A.	47.965.456/0001-50	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xv S.A.	45.741.898/0001-97	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xvi S.A.	38.419.815/0001-82	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros X S.A.	37.901.961/0001-87	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xi S.A.	37.763.835/0001-03	500	500	
Travessia & Delta Securitizadora de Créditos Financeiros Xvii S.A.	41.719.223/0001-90	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Vii S.A.	44.379.280/0001-66	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.	41.719.231/0001-37	500	500	
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Viii S.A.	36.699.663/0001-93	500	500	

Aos Administradores e Acionistas da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstração do Valor**

o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS				
operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;				
operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;				

Aos Administradores e Acionistas da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstração do Valor**

o, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS				
operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos				

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0BA3-057E-C36C-BDF4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0BA3-057E-C36C-BDF4



Hash do Documento

535AA8FFFC66621A4A0E39AB41D00714E34733EAA366CF170AD068DD5F4CB51

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 29/03/2024 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

